



COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

DECRETO MUNICIPAL N° 189/2023

FUNÇÃO:	TGPB01 TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GESTÃO
NOME DO CANDIDATO:	

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com **25 (vinte e cinco)** itens da prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 25 sem falhas ou repetições.

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. **Leia atentamente cada item da prova objetiva. Para cada questão, existe apenas 1 (uma) resposta certa. Na folha de respostas, preencha o círculo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão. Anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão, emendas ou rasuras.**
6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Não serão permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
11. Este caderno de Provas deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, devidamente assinados.
12. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre a linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência Técnica de Gestão

1. Sobre o estágio probatório, assinale a alternativa correta, com base na Lei Municipal 4.928/1992:
 - a) O estágio probatório somente será suspenso durante a licença para tratamento de saúde no caso de o afastamento ultrapassar 90 dias.
 - b) O estágio probatório não poderá ser suspenso, em hipótese alguma.
 - c) Ao servidor em estágio probatório poderão ser concedidas todas as licenças previstas no estatuto.
 - d) O servidor não aprovado em estágio probatório deverá ser colocado em programa especial de aperfeiçoamento.
 - e) O servidor não aprovado em estágio probatório será exonerado.

2. Sobre a estabilidade, nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:
 - a) O servidor estável poderá perder o cargo em razão de desempenho insuficiente em avaliação periódica, assegurada a ampla defesa.
 - b) O servidor estável não poderá ser demitido do cargo.
 - c) O servidor estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo, exigindo-se, obrigatoriamente, a confirmação por decisão judicial transitada em julgado.
 - d) A estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício, bastando o não cometimento de falta grave.
 - e) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, e não depende do resultado das avaliações realizadas durante o estágio probatório.

3. Sobre os deveres, proibições e responsabilidades dos servidores, nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:
 - a) O servidor é obrigado a cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais.
 - b) É proibido ao servidor valer-se de sua qualidade de servidor, para desempenhar atividades estranhas às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito.
 - c) É proibido ao servidor exercer atividades particulares no horário de trabalho.
 - d) É dever do servidor submeter-se à perícia de saúde que for determinada pela autoridade competente, bem como frequentar cursos instituídos para aperfeiçoamento ou especialização.
 - e) todas as anteriores.

4. Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:
 - a) A suspensão disciplinar, independentemente do prazo, não impede a participação do servidor em processos de promoção.
 - b) Os servidores ocupantes de cargos em comissão há mais de três anos poderão participar dos processos de promoção.
 - c) As faltas injustificadas, independentemente da quantidade, não impedem a participação nos processos de promoção.
 - d) É requisito para participar da promoção por competência e habilidades ter alcançado pontuação igual ou superior à mínima no sistema de avaliação funcional nas últimas duas avaliações.
 - e) O servidor aprovado em processo de promoção por competências e habilidades poderá ocupar cargo com nível de escolaridade superior ao exigido para o provimento inicial do cargo.

5. Sobre os cargos públicos, nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:
 - a) Os cargos em comissão deverão ser preenchidos exclusivamente por concurso público.
 - b) A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão depende de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.
 - c) Os cargos em comissão são preenchidos por livre escolha do chefe do executivo ou de autoridade por ele designada.
 - d) Os cargos efetivos podem ser preenchidos tanto por concurso público como por livre escolha do chefe do executivo ou de autoridade por ele destinada.
 - e) Não há distinção entre os cargos em comissão e os cargos efetivos.

6. Sobre as funções de confiança, nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, assinale a alternativa correta:
 - a) O servidor efetivo poderá ser designado para exercer função de confiança, exigindo-se, dentre outros requisitos, que haja compatibilidade da função com a natureza do cargo efetivo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência Técnica de Gestão

- b) A gratificação pelo exercício de função de confiança será incorporada aos vencimentos caso percebida por prazo superior a 5 anos, consecutivos ou não.
- c) A gratificação pelo exercício de função de confiança será incorporada aos vencimentos caso percebida por prazo superior a 36 meses, consecutivos ou não, no prazo de 5 anos.
- d) A designação para função de confiança depende sempre da aprovação em teste seletivo específico, salvo para as funções de coordenação e direção.
- e) O ocupante de função de confiança fará jus à gratificação correspondente a 25% dos vencimentos do cargo, para a hipótese de coordenação.
7. A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Acerca do que prevê a referida legislação, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- c) São créditos adicionais suplementares os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- d) As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.
- e) São créditos adicionais extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
8. De acordo com o que dispõe expressamente a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, sobre crédito adicionais, assinale a alternativa CORRETA:
- a) São créditos adicionais especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- b) A abertura dos créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- c) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e extraordinários.
- d) Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, será somado a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
- e) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
9. De acordo com o que prevê a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, capítulo II, título I - Da receita, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
- b) O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- c) Os agentes da arrecadação é facultado fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.
- d) São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- e) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
10. A lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Atentando-se ao que prevê expressamente a referida legislação, acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Riscos Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- c) O anexo de metas fiscais, conterá a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência Técnica de Gestão

- d) O anexo de metas fiscais, conterà demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
11. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A respeito da liquidação da despesa, leia as afirmativas:
- Essa verificação tem por fim apurar: a origem e o objeto do que se deve pagar.
 - Essa verificação tem por fim apurar: a importância exata a pagar.
 - Essa verificação tem por fim apurar: a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
 - A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- Assinale a alternativa CORRETA:
- Somente II está incorreta.
 - Somente III e IV estão corretas.
 - Somente II e IV estão corretas.
 - Somente I está incorreta.
 - Todas estão corretas.
12. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, em relação ao empenho de despesa, é CORRETO afirmar:
- O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - É permitido a realização de despesa sem prévio empenho.
- c) Será feito empenho global da despesa cujo montante não se possa determinar.
- d) É permitido o empenho por estimativa de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- e) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
13. A respeito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, no que se refere às licitações, pode-se afirmar que:
- A vinculação ao edital não é defensável pela nova lei de licitações.
 - O edital, uma vez publicado, vincula a Administração Pública e os particulares.
 - O instrumento convocatório vincula os licitantes, mas não vincula a Administração Pública.
 - O edital pode criar normas com os mesmos efeitos de leis ordinárias, mas que podem ser alteradas no curso do processo, de acordo com a motivação da autoridade superior, pois esta não se submete ao princípio.
 - O princípio da vinculação ao instrumento convocatório permite que seja realizada análise de documentos de habilitação de forma subjetiva.
14. Assinale a alternativa que não apresenta um princípio expresso na Lei nº 14.133/2021:
- Isonomia.
 - Segregação de funções.
 - Motivação.
 - Economicidade.
 - Interesse privado.
15. Quando a Lei nº 14.133/21 define “Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”, está se referindo a:
- Bens e serviços comuns.
 - Bens e serviços especiais.
 - Serviços e fornecimentos contínuos.
 - Serviços e obras públicas.
 - Concursos públicos para provimento de cargos e salários.
16. Com base na Lei n. 14.133/21, assinale a alternativa incorreta:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência Técnica de Gestão

- a) A Administração Pública tem a prerrogativa de fiscalizar a execução contratual.
- b) A Administração Pública tem a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela execução total do ajuste.
- c) O instrumento contratual nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- d) O contratado terá direito à extinção do contrato, entre outras hipóteses, no caso de atraso superior a 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- e) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
17. De acordo com a Lei n. 14.133/21, um contrato pode ser alterado unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, na seguinte hipótese:
- a) Quando houver modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto.
- b) Para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em caso de força maior.
- c) Quando houver conveniência da substituição da garantia de execução.
- d) Quando houver necessidade de modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.
- e) Quando houver necessidade de modificação do modo de fornecimento decorrente da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
18. Em relação às infrações e sanções administrativas, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:
- a) Na aplicação da sanção de detenção nos casos em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato será facultada a defesa prévia no prazo de dez dias úteis.
- b) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) A sanção de multa em casos de grave dano ao erário não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato celebrado.
- d) A declaração de idoneidade para licitar em casos de apresentação falsa de documento no certame impedirá o responsável de licitar no âmbito da Administração Pública pelo prazo de três anos.
- e) A sanção de impedimento de licitar e contratar não tem previsão na nova lei de licitações.
19. De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso a informações no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta:
- a) Não se subordinam ao regime da Lei n. 12.527/2011 nenhuma das entidades da administração indireta.
- b) Não se subordinam ao regime da Lei n. 12.527/2011 os órgãos do Poder Judiciário, nem os dos Tribunais de Contas.
- c) Subordinam-se ao regime da Lei n. 12.527/2011 as entidades privadas sem fins lucrativos e que recebam recursos públicos mediante convênios para ações de interesse público, no que se refere à parcela de recursos recebidos e à sua destinação.
- d) Subordinam-se ao regime da Lei n. 12.527/2011 quaisquer entidades privadas sem fins lucrativos e que se dediquem a uma finalidade social, mesmo que elas não recebam quaisquer recursos públicos ou firmem convênios com o Administração Pública.
- e) Todas as sociedades de economia mista e as empresas públicas não se subordinam à Lei n. 12.527/2011.
20. Para os efeitos da Lei n. 12.527/2011, considera-se a alternativa correta:
- a) Informação sigilosa é aquela que pode ser submetida para sempre à restrição de acesso público.
- b) Informação sigilosa é aquela que qualquer autoridade ou servidor da Administração Pública submeteu à restrição de acesso público.
- c) Informação sigilosa é aquela que contém quaisquer dados pessoais.
- d) Informação sigilosa é aquela temporariamente com restrição de acesso público, em razão da sua



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência Técnica de Gestão

- imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- e) Informação sigilosa é aquela temporariamente com restrição de acesso público em razão da sua imprescindibilidade para a consecução de quaisquer políticas públicas.
21. Sobre o acesso à informação a que se refere a Lei n. 12.527/2011, assinale a alternativa correta:
- a) Compreende o direito de o cidadão obter orientação sobre como conseguir o seu acesso.
- b) Não poderá ser assegurado mediante a criação de serviço de informados ao cidadão.
- c) Poderá ser assegurado mediante a realização de audiência pública, mas não mediante consultas públicas.
- d) Deverá ser atendido com a identificação do requerente, mas sem especificar qual é a informação requerida.
- e) Poderá ser exigido que se explique o motivo determinante pelo qual alguém solicita informações de acesso público da Administração.
22. Com relação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), assinale a alternativa correta:
- a) Dado pessoal é uma informação relacionada a pessoa natural identificada ou que possa ser identificável.
- b) A LGPD não prevê a possibilidade de responsabilização pelo tratamento irregular de dados pessoais.
- c) Dado pessoal e dados pessoais sensíveis possuem exatamente o mesmo significado para os ditames da LGPD.
- d) O titular dos dados pessoais possui o direito de acesso aos dados, mas não à correção dos dados incorretos.
- e) O titular dos dados pessoais possui o direito de correção dos dados incorretos, mas não de atualizá-los.
23. No que se refere ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, assinale a alternativa correta:
- a) Não é possível o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.
- b) Um órgão do Município jamais poderá compartilhar com outro órgão do Município um dado pessoal.
- c) Um órgão do Município poderá compartilhar um dado pessoal com outro órgão do Município, mas tão e somente se o titular vier a oferecer consentimento para tanto e ainda sem revogar esse consentimento.
- d) Um órgão do Município poderá compartilhar com outro órgão do Município um dado pessoal, quando isso for necessário à execução de uma política pública prevista em lei.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.
24. Não é um princípio com previsão expressa na LGDP:
- a) Finalidade.
- b) Adequação.
- c) Necessidade.
- d) Transparência.
- e) Do duplo grau de jurisdição.
25. De acordo com a Lei n. 13.460/2017, a qual dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:
- a) A referida lei não dispõe da possibilidade de o usuário apresentar manifestações à Administração Pública acerca da prestação de serviços.
- b) A referida lei não dispõe de deveres dos usuários de serviços públicos, mas apenas de direitos.
- c) A referida lei dispõe que a eventual manifestação do usuário à Administração Pública em relação aos serviços públicos prestados deve ser estritamente formal e não pode ser verbal ou por meio eletrônico.
- d) A referida lei dispõe que poderá ser exigida a explicação do motivo pelo qual o usuário vem se manifestar quanto aos serviços públicos perante a Administração Pública.
- e) A referida lei dispõe ser um direito básico do usuário a participação no acompanhamento da prestação e na avaliação desses serviços públicos.